



CTOC

CÂMARA dos TÉCNICOS OFICIAIS de CONTAS
Pessoa Colectiva Pública



2009

Plano de Actividades e Orçamento

Este suplemento faz parte integrante da Revista «TOC» N.º 104 – Novembro 2008

Plano de actividades e orçamento para 2009

1 INTRODUÇÃO

O Plano de Actividades, documento pre-visual que comporta um conjunto de ideias e as correspondentes realizações que lhe dão forma, constitui um guia onde vertemos os pensamentos e acções que julgamos mais consentâneos com a missão que nos propomos cumprir.

Num Mundo cada vez mais instável, prever torna-se uma função arriscada, onde a aventura tem uma dose de probabilidade mais acen- tuada.

A nossa experiência e os excelentes níveis de exe- cução orçamental alcançados continuam a ser os alicerces em que sustentamos as nossas ideias, sendo que, dado tratar-se de um documento previ- sional, acompanharemos com a devida e necessá- ria atenção a evolução do enquadramento global dos projectos, no sentido de os adaptar, sempre que possível, à evolução natural que tudo pode experimentar.

Anima-nos, como sempre, um esclarecido espí- rito de serventia à causa dos Técnicos Oficiais de Contas, continuando na senda insubstituível da credibilização e reconhecimento social da profissão.

Etapa que não é fácil de atingir, pois não se decre- ta nem se reclama, mas conquista-se com o árduo trabalho do dia-a-dia dos profissionais.

Esse é, como sempre foi, o alfa e ómega de toda a nossa actividade à frente dos destinos da nossa Instituição e, assim, será também no decurso de 2009.

Sabemos que não vai ser fácil e será necessário o esforço e empenhamento de todos os profissionais, o que pensamos conseguir, assentando a nossa ac- ção na estratégia que a seguir apresentamos.

2 ESTRATÉGIA GLOBAL DE ACÇÃO

A nossa acção, a exemplo de anos anterio- res, assenta na concepção dos TOC num quadro multifacetado, com especial real- ce para as questões de natureza profissional.

Sabemos que nem sempre é fácil lidar com a na- tureza humana e, como tal, as nossas preocupa- ções, para fazerem sentido, devem ter um vasto campo de actuação, abarcando o mais possível o profissional em toda a sua complexidade e di- mensão.

É por fidelidade a este espírito, atendendo à exis- tência de pessoas com carências de diversa ordem, que reforçaremos algumas vertentes de índole so-

cial, com vista a procurar encontrar respostas para os problemas que, quotidianamente, se colocam aos TOC.

A qualificação profissional, porque acreditamos ser o grande desafio futuro da nossa profissão, também faz parte das preocupações cimeiras, pre- dispondo-nos a prestar uma atenção muito espe- cial à formação e ao apoio aos Técnicos Oficiais de Contas.

Sabemos que a diferença entre a capacida- de de idealização e a de execução é enorme, mas apoiados numa sólida experiência ad- quirida ao longo de muitos anos na resolução dos problemas dos profissionais, sentimo-nos confiantes e vamos conseguir, uma vez mais, levar a bom porto as ideias e realizações que nos comprometemos fazer e que são as se- guintes:

3 FORMAÇÃO

A qualidade profissional é o grande desa- fio que se coloca às profissões de interesse público, com especial relevo para os Téc- nicos Oficiais de Contas que atravessam uma fase decisiva da sua afirmação social.

A credibilidade de qualquer profissão não se re- clama nem se decreta, mas conquista-se pelos exemplos que irradiam dos actos praticados pelos profissionais.

Uma profissão com as responsabilidades e im- portância na consolidação da economia e na determinação das receitas tributárias, como é a dos Técnicos Oficiais de Contas, se não estiver devidamente preparada para os desafios que o Mundo em permanente mudança lhe coloca, estará condenada ao insucesso.

Para além daqueles desafios, a realidade pro- fissional nem sempre é receptiva aos níveis de exigência que é imperioso adoptar na gestão dos processos. Nem sequer existe inquietação quanto à necessidade formativa, o que dificulta a penetração daqueles valores, criando por ve- zes clivagens entre profissionais.

A formação permanente, isto é, a criação de há- bitos que nos conduzam à necessidade de não só acompanharmos a evolução natural dos nor- mativos legais, mas também de consolidarmos e aprofundarmos os conhecimentos já obtidos, continuará a merecer da nossa parte uma aten- ção especial.

Para a concretização desse objectivo propomo-nos realizar as seguintes acções:

3.1 – Formação eventual – Com base em sedes de distrito e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, realizaremos três grandes acções de formação no decurso dos meses de Janeiro/Fevereiro, Junho/Julho e Outubro/Novembro, com o objectivo de sensibilizar os profissionais para os aspectos mais importantes que se relacionem com a actividade, tratando de temas da actualidade profissional.

3.2 – Formação segmentada – Tem uma duração compreendida entre oito e 16 horas, realizar-se-á em qualquer parte do País desde que se reúna um conjunto de interessados superior a 30 membros, para tratar os temas constantes do plano de formação elaborado pelo Conselho Técnico e aprovado pela Direcção, tendo por objectivo a análise aprofundada de temas de actualidade ou importância profissional.

Atendendo à previsibilidade da entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em 2010, no decurso de 2009, quer este tipo de formação quer outros, merecerão um esforço acrescido sobre matérias relacionadas com aquele normativo, especificando-se, por vezes, esta ou aquela vertente, no sentido de uma melhor compreensão do SNC.

Existe, pois, a previsão da realização de oito acções de formação segmentada, tratando, para além das questões descritas, diversos temas de grande.

3.3 – Formação permanente – Tem uma duração compreendida entre 16 e 32 horas, será realizada em qualquer parte do País, desde que se reúna um conjunto mínimo de 30 profissionais interessados.

Com este formato pretende efectuar-se a análise aprofundada de temas importantes para a profissão, mas que pela sua complexidade ou extensão exija um período de tempo superior a 16 horas.

3.4 – Formação recorrente – Reveste a forma de segmentada ou permanente e pode realizar-se em períodos diferentes dos planeados pela Câmara, sendo condição para a sua concretização que a mesma já tenha sido ministrada pela CTOC.

Pode realizar-se em qualquer local, Continente ou Regiões Autónomas, desde que se reúna, pelo menos, 30 interessados.

3.5 – Formação à distância – Atenta a dispersão dos profissionais e a comodidade que propicia, para além da diminuição do custo com a sua frequência, constitui uma forte aposta da CTOC. Por se tratar de uma forma completamente nova de formação, alguns profissionais

têm tido dificuldade em se adaptar a este novo modelo, sendo que, aqueles que o experimentam e compreendem o seu funcionamento, têm-nos feito chegar os mais rasgados elogios, não só quanto ao funcionamento, mas também quanto ao apoio que têm obtido durante a sua frequência.

Este tipo de formação tem apenas um ano de existência na CTOC, pelo que, cremos, ainda no decurso de 2009, vamos reavaliar o seu funcionamento e, caso seja aconselhável, introduziremos as funcionalidades que se mostrem mais adequadas para que o modelo cumpra a função para que foi concebido.

De facto, temos hoje instalado um mecanismo que facilita aos TOC de todo o País o acesso igualitário à formação, com especial destaque para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o que é um aspecto de grande importância.

Este será, pois, o modelo de formação onde mais apostaremos em 2009, através do qual realizaremos cerca de 35 acções de formação com a duração total prevista de 400 horas.

3.6 – Conferências e seminários – As conferências e seminários que a CTOC tem realizado ao longo dos anos, têm-se revelado de grande qualidade e importância para os Técnicos Oficiais de Contas.

Estas iniciativas têm constituído importante veículo para espoletar questões não só de índole profissional mas também de âmbito mais geral. São temas onde, em muitos casos, a Câmara tem sido pioneira, como é o exemplo dos «Direitos dos contribuintes perante a administração fiscal», «O novo SNC» ou o tratamento de matérias que, pela sua novidade, justificam a criação de doutrina e o conhecimento de novos entendimentos. São exemplo disso a conferência sobre o «Planeamento fiscal», ou ainda a «As PME como factor de desenvolvimento».

Em 2009 realizaremos, pelo menos, quatro conferências internacionais, em parceria com a EFAA, o CILEA, o Gabinete de Estudos da CTOC e o IDEFF e uma outra sobre a História da Contabilidade, conforme se abordará em *item* próprio.

Em termos genéricos, a Câmara irá realizar em 2009, no âmbito da formação, cerca de 50 acções e quatro conferências internacionais, o que dará um conjunto de cerca de 700 horas de formação.

Os preços de inscrição para 2009 serão os que se praticaram em 2008, o que não deixa de ser um esforço importante que a Instituição faz para propiciar aos membros a participação nas diversas acções de formação.

4 APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

O apoio social aos Técnicos Oficiais de Contas, aspecto cada vez mais importante nas instituições de regulação profissional, procura encontrar soluções para os problemas de cariz social que possam surgir aos membros.

Os projectos em execução têm uma larga abrangência, procurando respostas às inúmeras situações que o Mundo nos coloca.

A nossa visão do profissional é integrada e, não obstante a nossa vocação genuína para as questões de âmbito profissional, entendemos que não devemos descurar as questões de cariz social.

Dentro deste espírito, em 2009 desenvolveremos as seguintes acções:

4.1 – Seguro de saúde – Atendendo à sua importância para os profissionais e aos excelentes serviços que tem vindo a prestar perante situações de extrema carência, continuaremos a oferecer a todos os membros que tenham a sua inscrição em vigor o seguro de saúde, nos termos e condições gerais e especiais constantes da apólice de seguro assinada com a companhia de seguros Tranquilidade.

4.2 – «Casa do TOC» – A «Casa do TOC», pela sua dimensão e pelos objectivos que com a mesma se pretendem atingir, é um projecto levará alguns anos a concretizar, sendo necessário reunir não só a liquidez necessária à sua execução, mas também encontrar uma oportunidade de negócio com as características que um projecto desta dimensão exige.

A este projecto foi consignada em 2007 e 2008 uma verba de 500 mil euros por ano, pelo que em 31 de Dezembro de 2008 já totaliza o montante de um milhão de euros.

Em 2009, este projecto será dotado com uma verba de 500 mil euros, pelo que no final desse ano atingiremos um milhão e 500 mil euros, verba que consideramos razoável para dar início à realização do projecto.

Para o efeito, irá constituir-se um grupo de especialistas que irão assessorar a Direcção na condução deste importante projecto para os Técnicos Oficiais de Contas.

4.3 – Fundo de solidariedade social – Tem como objectivo acorrer a situações em que a dignidade dos profissionais seja colocada em causa, por efeito de factos ou acidentes que reduzam a capacidade de angariação das receitas necessárias para a vivência quotidiana.

Em 2008 aumentou-se a verba disponível através de uma reforço de 150 mil euros, passando

de uma dotação de 100 mil para 250 mil euros, com vista a fazer face ao pagamento aos membros de um complemento de reforma, sempre que esta, atribuída aos profissionais pelos sistemas de Segurança Social, não atribua uma verba líquida no montante da remuneração mínima mensal garantida.

Assim, sempre que a reforma dos Técnicos Oficiais de Contas seja inferior àquela remuneração, a Câmara atribui, com base naquele fundo, um complemento de reforma que garanta ao membro um valor líquido igual à remuneração mensal mínima garantida, desde que o profissional não tenha rendimentos de outra proveniência que não seja da categoria H.

Em 2009, manteremos este fundo com 250 mil euros, continuando a prestar este apoio aos profissionais que dele careçam.

4.4 – Fundo de pensões dos TOC – A actual crise financeira criou instabilidade e insegurança quanto aos métodos tradicionais de poupança, pondo em risco alguns dos procedimentos habituais.

Os fundos de pensões, pela nobre missão em que assenta a sua existência, têm que constituir uma espécie de cofre sagrado em que os cidadãos acreditem e nele depositem as suas economias, pondo-as a seguro das incertezas que as crises sempre provocam.

Crises sempre existiram e, provavelmente, continuarão a existir. A sua amplitude depende de nós ou das medidas que os governantes adoptem para evitar os seus efeitos nefastos.

A Câmara, ao criar o fundo de pensões, teve como objectivo gerar um mecanismo financeiro que, embora de forma complementar, acresça à liquidez monetária a que os profissionais tenham direito no âmbito dos sistemas de Segurança Social, com vista a propiciar aos seus membros uma recta final de vida com um mínimo de dignidade.

Evidentemente que não temos ilusões sobre a capacidade do fundo e os efeitos objectivos do regresso aos profissionais do esforço financeiro que a CTOC desenvolve em torno do fundo de pensões nestes próximos anos. Daí a criação de um espaço de tempo entre a sua criação e a atribuição das primeiras reformas.

Mas, independentemente dos efeitos imediatos e da importância que o fundo possa vir a desempenhar nestes primeiros anos na liquidez financeira dos profissionais, tinha que se dar início a este tão importante projecto. Está bem patente, por outro lado, o esforço financeiro que a Câmara tem vindo a fazer ao longo destes primeiros

três anos, sendo que, no final de 2009, só de comparticipações financeiras da Câmara, atingirá já um montante aproximado a cinco milhões e 300 mil euros.

É muito? É pouco? É o que foi possível canalizar por opção de gestão para esta importante iniciativa ao serviço dos profissionais e, quando comparamos a sensibilidade e o esforço feito por outras instituições congéneres quanto a esta matéria, evidentemente que nos sentimos orgulhosos de continuarmos a ter preocupações de bem-estar para com aqueles a quem as forças vão diminuindo.

É dentro dessa preocupação que no decurso de 2009 canalizaremos para o fundo de pensões dos TOC o montante de 1 151 733 euros, sendo um milhão de euros por opção da gestão da CTOC e 151 733 euros o valor da renda do próximo ano do edifício da Av. 24 de Julho, n.º 58.

Entretanto, a rendibilidade dos fundos de pensões, infelizmente, não só o da CTOC, mas também outros, tem sido negativa, o que tem conduzido a uma perda efectiva do valor das participações no fundo.

Assim, com vista a evitar perda de valor das importâncias entregues ao fundo, as verbas consignadas só serão para o mesmo transferidas no momento julgado oportuno pela Direcção, isto é, quando se tiver um mínimo de garantia que o fundo entra num processo de normalidade, no que à rendibilidade respeita.

Atendendo aos valores já entregues, e que começam a ter algum significado, em 2009 a Câmara organizará um processo eleitoral para escolher uma equipa de gestão para o fundo, transformando-o num fundo fechado, o que nos permitirá uma mais directa intervenção na sua gestão.

5 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Cada vez mais, a comunicação e a informação entre os membros e as instituições se revelam importantes, não só para a gestão dos projectos de interesse mútuo, mas também, porque num Mundo em permanente evolução, a utilidade da informação se revela indispensável.

O quadro jurídico que enquadra a profissão dos Técnicos Oficiais de Contas, com especial relevo para o de natureza fiscal, atenta a função que lhe está adstrita, é susceptível de grandes e profundas alterações que, não só têm que ser do conhecimento dos profissionais, mas particularmente serem por eles assimiladas e compreendidas.

Com essa preocupação, temos vindo a considerar a informação sobre as diversas vertentes com interesse para a profissão, sendo em muitos domínios pioneiros, como é o caso da «Pasta TOC», procurando ordená-la de acordo com os objectivos traçados.

Como é natural, a delimitação da função de comunicação e informação nem sempre tem contornos definidos.

Paradigma do que se descreve é o conteúdo e a ordenação das matérias que integram o CD-ROM SITOC, em que umas vezes nos aparecem com uma função comunicativa, outras formativa e outras ainda informativa.

Neste domínio, em 2009, desenvolveremos as seguintes acções:

5.1 – Internet – Pela comodidade que propicia, pela facilidade de integração automática na base de dados da Câmara que possibilita e pela facilidade de acesso que oferece aos membros, procuraremos incentivar a utilização do *site* da Câmara para o cumprimento das funções já nele definidas e outras a definir, no sentido de aproximar a gestão da Instituição o mais possível dos profissionais.

5.2 – Web TV – Implementaremos um sistema de televisão para uso exclusivo dos Técnicos Oficiais de Contas, através do qual se transmitam factos, eventos e notícias relacionadas com a profissão e que se revelem de interesse para os TOC.

O sistema está a ser concebido para transmissão via Internet, o qual só pode ser acedido pela introdução de um código pessoal, exclusivamente atribuído para o efeito pela Câmara aos profissionais.

5.3 – Revista «TOC» – Manter a publicação e distribuição mensal e gratuita a todos os membros com a inscrição em vigor.

5.4 – Formação eventual – Utilizar, nos termos do programa estabelecido, a abertura e encerramento das acções de formação eventual para comunicar e informar os membros sobre temas, factos ou situações que a Direcção considere importantes para os profissionais.

5.5 – «Pasta TOC» – Alargar os conteúdos da informação constante da «Pasta TOC», no sentido de ser disponibilizada aos membros toda a informação que lhes diga respeito, constante da base de dados da CTOC, bem como procurar atribuir novas funcionalidade a esta ferramenta informática, no sentido de aproximar, na medida do possível, a gestão da Instituição dos seus membros.

5.6 – Participação na Comunicação Social – Manter com regularidade as participações que a Câmara

ra já detém e desenvolve na Comunicação Social, veiculando por essa via o pensamento da Instituição sobre as mais diversas questões que, directa ou indirectamente, revelem interesse para a profissão.

5.7 – Revista científica – Editar e publicar, a exemplo de anos anteriores, a revista científica «Contabilidade e Gestão», continuando a divulgar ensaios, estudos e pensamentos conexos com matérias inerentes ao exercício da profissão.

5.8 – Respostas online – A Câmara tem vindo a admitir novos colaboradores para o seu departamento de Consultoria, com o objectivo de melhorar em tempo e qualidade os serviços de apoio aos membros. Este serviço vocacionado para questões simples e de rápida resposta será implementado através de um processo próprio em que os profissionais colocam as questões, sendo estas de imediato respondidas pelos técnicos destacados para o serviço.

6 APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS
Hoje é pacífico para qualquer TOC minimamente responsável, que não é possível exercer com rigor uma profissão com as características e as responsabilidades dos Técnicos Oficiais de Contas, sem ter como seu suporte um sistema rigoroso e permanente de actualização de conhecimentos.

A estrutura normativa inerente ao seu exercício, introduz-lhe um factor de instabilidade, gerando insegurança no exercício da profissão, pelo que é necessário encontrar respostas adequadas.

A Câmara entendeu, desde muito cedo, esta realidade e, paulatinamente, tem vindo a criar os mais diversos sistemas e alternativas que possibilitem aos profissionais os conhecimentos necessários para fazer frente ao evoluir das técnicas e conceitos fiscais.

Por outro lado, a evolução das tecnologias e a sua aplicação mais sofisticada por parte da administração fiscal, tem criando novas realidades para os profissionais e necessidades de conhecimentos o que não se verificava há bem pouco tempo, como é o caso da Lei Geral Tributária, RGIT ou até mesmo o Código do Processo e do Procedimento Tributário.

Realidades que acabam por ter um importante papel na relação estabelecida entre os profissionais e os seus clientes ou entidades patronais, dado que eles, mesmo quando os actos são praticados por outras entidades, na grande maioria das vezes são os primeiros a ter que compreender o que se está a passar e justificar perante

os sujeitos passivos factos que não foram por si praticados.

No domínio do apoio técnico aos profissionais, comprometemo-nos a desenvolver as seguintes acções:

- Manter na sua forma actual as reuniões livres realizadas nas sedes dos distritos do Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, procedendo a uma análise cuidada sobre a forma da sua estrutura, organização e funcionamento, assegurando que elas constituam efectivamente uma resposta às necessidades efectivas dos profissionais;
- Reanalisar o funcionamento e a estrutura do departamento de Consultoria, no sentido de aumentar a eficiência, qualidade e rapidez das respostas às dúvidas que os profissionais colocam;
- Continuar a distribuir, gratuita e mensalmente, a Revista «TOC» e o CD da Câmara a todos os membros que tenham a sua inscrição activa junto da CTOC e que não tenham as quotas atrasadas por períodos superiores a 90 dias;
- Distribuição semestral a todos os membros que reúnam as condições previstas para a Revista «TOC», da revista científica «Contabilidade e Gestão»;
- Distribuição através do CD da Câmara, da «Revista Científica de Direito Fiscal e Societário», editada pelo Instituto do Direito Económico, Fiscal e Financeiro (IDEFF) da Faculdade de Direito de Lisboa, conforme protocolo para o efeito assinado entre o editor e a CTOC;
- Aquisição de novas instalações para a representação permanente da CTOC em Faro, dando assim satisfação a uma longa aspiração dos colegas algarvios;
- Pagamento do seguro de responsabilidade civil dos Técnicos Oficiais de Contas, nos mesmos termos em que vem ocorrendo;
- Constituição de uma comissão eventual composta por TOC de diversos pontos do País, com o objectivo de avaliar o conteúdo, ordenação e forma de lidar com o actual CD da Câmara e a sua capacidade de resposta aos problemas dos profissionais.

7 COMISSÃO DE HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

Quem não conhece o passado, dificilmente compreenderá o presente e construirá o futuro.

Foi na aceitação desta realidade que, após outras soluções alternativas que não chegaram a bom porto, a Câmara deliberou, em

2008, criar a Comissão de História da Contabilidade.

Embora sendo uma comissão, a Câmara entende, atendendo à especificidade das questões com que trata, dar-lhe autonomia de realização, o que já ocorreu em 2008.

Assim, esta comissão irá dar cumprimento à missão que lhe está associada, em coordenação com a Direcção, desenvolvendo as seguintes acções:

- Realização de um encontro internacional de História da Contabilidade, comemorando os 250 anos da primeira Aula do Comércio instalada em Portugal;
- A elaboração de um boletim informativo a integrar na Revista «TOC» com periodicidade quadrimestral, dando a conhecer as actividades desenvolvidas pela comissão;
- Realização de acções e eventos em conjunto com o universo académico contabilístico, tendo como objectivo a divulgação da História da Contabilidade e incentivar a realização de mestradados, tendo por base esta disciplina;
- Participar, em coordenação com a Direcção, em eventos nacionais ou estrangeiros em representação da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

8 III CONGRESSO NACIONAL DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

Os congressos profissionais são importantes manifestações de vitalidade da classe e constituem momentos ímpares de reflexão.

Em 2009, cumprem-se três anos sobre a realização do II Congresso e espera-se que seja publicado o novo Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas.

Assim, provavelmente no último trimestre do ano, a Câmara realizará, em Lisboa, o III Congresso Nacional dos Técnicos Oficiais de Contas.

9 OUTROS EVENTOS E REALIZAÇÕES

Para além do descrito, a Câmara irá desenvolver e participar noutros eventos ou realizações que pela sua especificidade não se enquadram nos *itens* já apresentados.

Também no próximo ano organizaremos e/ou participaremos ainda nas seguintes realizações: **Cooperação internacional** – A Câmara continuará a participar nas organizações de que já é membro, como é o caso da EFAA (em que integra dois grupos de trabalho técnico, o da Educação e da Contabilidade); no CILEA, onde ocupa uma vice-presidência

e vai inscrever-se no IFAC, onde já apresentou o respectivo pedido.

Aprofundaremos as relações com os economistas espanhóis, com quem estabeleceremos os respectivos protocolos, bem como com outros profissionais de outras nacionalidades.

Preveremos assinar um protocolo de cooperação com a AECA (Espanha), com o objectivo de troca de experiências e desenvolvimento de questões de índole profissional.

Vamos cimentar também as excelentes relações com os nossos colegas brasileiros, inclusive com a realização de projectos em parceria, no sentido de apoiar profissionais dos países lusófonos com especial relevo para os de Angola e Moçambique.

Independentemente daqueles projectos, vamos estreitar as relações de cooperação com os profissionais dos outros países de língua portuguesa, disponibilizando-lhes a nossa experiência e, ao mesmo tempo, auxiliá-los no reconhecimento público da profissão nos respectivos países.

Independentemente da inscrição ou não nos respectivos organismos, sempre que os eventos realizados signifiquem uma mais-valia para a profissão e possibilitem uma troca de experiências e conhecimentos de outras realidades, a CTOC far-se-á representar nos eventos.

10 PRÓLOGO

Colocar no papel um conjunto de iniciativas pertinentes não é tarefa fácil. A experiência tem vindo a demonstrar que cumprimos o prometido e é com essa determinação e ânimo que pretendemos continuar a imprimir a nossa dinâmica institucional.

O Plano de Actividades, como documento provisional que é, revela um conjunto de intenções e uma forte vontade em cumprir. Todavia, quem pode com segurança antecipar o futuro?

Nós não o faremos, com base no passado. Vamos introduzir-lhe ajustamentos considerados adequados e procuraremos criar o cenário do futuro.

Mas, independentemente da evolução que possa vir a sofrer, o que vos prometemos é, como sempre, uma vontade inabalável de concretizar os projectos em prol de uma profissão à qual nos orgulhamos de pertencer.

É essa vontade que vence barreiras, que move montanhas e que até hoje tem sido o pilar da nossa profissão.

Para materializarmos as acções e eventos que vos propomos, contamos com as seguintes meios financeiros:

Orçamento para 2009

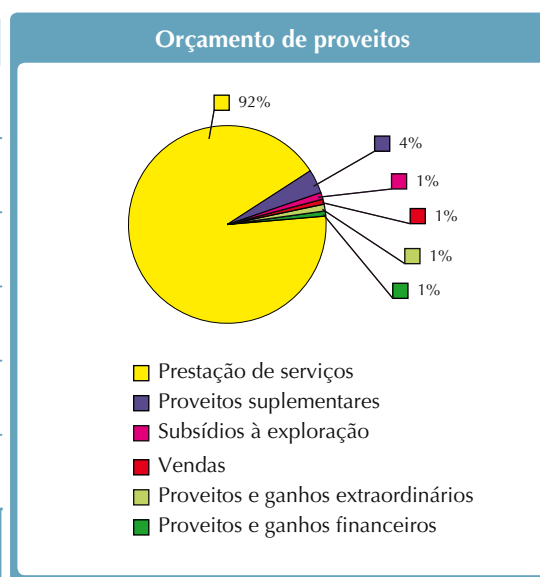
A elaboração do Orçamento para 2009 decorreu num contexto de:

- 1 – Recurso aos valores executados até Outubro de 2008 e respectiva projecção anual;
- 2 – Actualização ao custo esperado ou de uma actualização geral de três por cento;
- 3 – Organização e preparação do documento, conforme a seguinte estrutura:
 - 3.1 – Apresentação gráfica
 - 3.2 – Orçamento de proveitos
 - 3.3 – Orçamento de custos
 - 3.4 – Orçamento de investimentos
 - 3.5 – Plano financeiro global

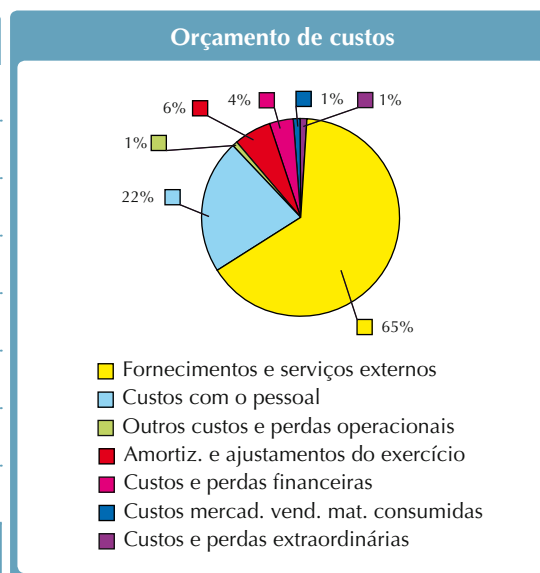
Na apresentação foram incluídos os valores orçamentados para o exercício de 2008 e ainda uma coluna onde se evidencia a variação entre os dois orçamentos, para além das colunas com os valores realizados até Outubro do corrente ano devidamente projectados com a correspondente variação.

3.1 – Apresentação gráfica

Orçamento de proveitos	2009
Vendas	151 000
Prestações de serviços	15 511 120
Proveitos suplementares	747 000
Subsídios à exploração	209 800
Proveitos e ganhos financeiros	194 670
Proveitos e ganhos extraordinários	127 790
Total dos proveitos	16 941 380



Orçamento de custos	2009
Custo mercad. vend. mat. consumidas	220 000
Fornecimentos e serviços externos	10 549 120
Impostos	55 100
Custos com o pessoal	3 484 450
Outros custos e perdas operacionais	126 000
Amortiz. e ajustamentos do exercício	919 910
Custos e perdas financeiras	597 500
Custos e perdas extraordinárias	122 000
Total dos custos	16 074 080



3.2 – Orçamento de proveitos

Proveitos	Variação (c/b)	Projecção 2008 (a)	Orçamento 2008 (b)	Orçamento 2009 (c)	Variação (c/a)
Vendas	-27%	115 517	206 127	151 000	31%
1. Mercadorias	-27%	115 517	206 127	151 000	31%
Prestações de serviços	3%	14 576 297	15 051 612	15 511 120	6%
2. Jóias	-6%	105 000	113 000	106 000	1%
3. Quotas – membros efectivos	-1%	10 777 402	10 950 000	10 837 776	1%
4. Quotas – membros em regime de suspensão	4%	169 283	180 720	187 344	11%
5. Inscrições – formação eventual	11%	1 193 000	1 170 000	1 300 000	9%
6. Inscrições – formação permanente	-72%	257 408	1 075 000	300 000	17%
7. Inscrições – formação segmentada	48%	844 560	610 000	900 000	7%
8. Inscrições – conferências	20%	290 728	250 000	300 000	3%
9. Inscrições – III congresso				175 000	
10. Inscrições – formação à distância		644 304		850 000	32%
11. Vinhetas	-50%	149 363	298 826	150 000	0%
12. Multas – processos disciplinares	1%	145 250	104 066	105 000	-28%
13. Cursos de formação de exame para TOC	0%	0	300 000	300 000	
Proveitos suplementares	14%	713 548	654 686	747 000	5%
14. VII Encontro Nacional dos TOC	-25%	6 645	10 000	7 500	13%
15. Indeferimento de candidaturas	-86%	5 025	42 000	6 000	19%
16. Protocolo IPJ	-100%	6 800	16 000		-100%
17. Reinscrições	-15%	7 125	9 750	8 250	16%
18. Publicidade na Revista «TOC»	3%	121 016	120 757	124 000	3%
19. Exames	27%	551 900	452 000	576 000	4%
20. Taxas de acreditação das empresas (art. 8.º RAC)		5 960	0	8 000	34%
21. Taxas de acreditação das acções (art. 12.º RAC)		3 975	0	12 000	202%
22. Taxas e emolumentos	26%	5 103	4 179	5 250	3%
Subsídios à exploração	178%	76 716	75 602	209 800	174%
23. Patrocínios de acções de formação	4%	35 618	35 462	36 700	3%
24. Outros patrocínios	331%	41 098	40 140	173 100	321%
Proveitos e ganhos financeiros	23%	186 667	158 496	194 670	4%
25. Juros de aplicações financeiras	317%	38 567	10 163	42 422	10%
26. Rendimentos de imóveis	3%	147 600	147 600	151 733	3%
27. Outros proveitos e ganhos financeiros	-30%	500	733	515	3%
Proveitos e ganhos extraordinários	189%	153 841	44 177	127 790	-17%
28. Ganhos em immobilizações		3 500	0	0	-100%
29. Outros proveitos e ganhos extraordinários	189%	150 341	44 177	127 790	-15%
Total dos proveitos	5%	15 822 585	16 190 700	16 941 380	7%
Resultado líquido	-31%	1 108 141	1 261 900	867 300	-22%

Previsão quotas membros activos

N.º inicial 2009	74 784	Inscrições	N.º acumulado	12 euros – quotas
Janeiro		0	74 784	897 408
Fevereiro		0	74 784	897 408
Março		0	74 784	897 408
Abril		420	75 204	902 448
Maio		0	75 204	902 448
Junho		0	75 204	902 448
Julho		260	75 464	905 568
Agosto		0	75 464	905 568
Setembro		0	75 464	905 568
Outubro		0	75 464	905 568
Novembro		0	75 464	905 568
Dezembro		400	75 864	910 368
Total		1 080		10 837 776

Previsão de quotas de membros auto-suspensos

N. inicial 2009	2 422	Inscrições	N.º acumulado	6 euros – quotas
Previsão n.º de suspensos		180	2 602	187 344

O valor previsto para a rubrica de prestações de serviços perfaz um total de 15 511 120 euros. A rubrica de quotas é a mais relevante do grupo dos proveitos e foi calculada com base no quadro de previsão de quotas dos membros activos, onde se inclui os actuais efectivos acrescidos dos novos membros, de acordo com as inscrições previstas.

Para a formação prevê-se uma receita de três milhões 825 mil euros, onde se inclui o III Congresso dos TOC. A previsão para a formação à distância baseou-se na adesão verificada, tendo em conta que, depois de testado o sistema em Fevereiro, apenas em Abril se tornou acessível a todos os membros.

Para a rubrica de prestações suplementares prevê-se uma receita de 747 mil euros de acordo com

os valores projectados para 2008, já actualizados. Para os subsídios, prevemos uma receita de 100 mil euros correspondente à compensação junto de entidades internacionais para a concretização do Protocolo de Transferência de Conhecimento com os Países Lusófonos.

Nas rubricas dos proveitos e ganhos financeiros, os valores foram previstos de acordo com a projecção dos elementos executados e da rendibilidade que se espera vir a obter com os depósitos efectuados correspondentes a receitas consignadas.

O valor previsto para o rendimento de imóveis corresponde à renda obtida das instalações da Av. 24 de Julho, propriedade da CTOC, com uma actualização de 2,8 por cento.

3.3 – Orçamento de custos

Custos	Varição (c/b)	Projecção 2008 (a)	Orçamento 2008 (b)	Orçamento 2009 (c)	Varição (c/a)
Custo mercad. vend. mat. consumidas	-9%	128 578	241 030	220 000	71%
1. Custo das mercadorias vendidas	-65%	62 721	183 400	65 000	4%
2. Custo das matérias consumidas	169%	65 857	57 630	155 000	135%
Fornecimentos e serviços externos	9%	9 482 191	9 715 208	10 549 120	11%
3. Subcontratos	-4%	654 250	661 967	638 405	-2%
<i>Vinhetas</i>	<i>-51%</i>	<i>3 605</i>	<i>7 603</i>	<i>3 700</i>	<i>3%</i>
<i>Base de dados – SITO</i>	<i>-6%</i>	<i>311 615</i>	<i>323 070</i>	<i>304 705</i>	<i>-2%</i>
<i>ATD – SAFT</i>		<i>11 893</i>		<i>0</i>	<i>-100%</i>
<i>Serviços de impressão – Revistas</i>	<i>0%</i>	<i>327 138</i>	<i>331 294</i>	<i>330 000</i>	<i>1%</i>

(Continuação na página seguinte)

3.3 – Orçamento de custos (continuação)

Custos	Variação (c/b)	Projeção 2008 (a)	Orçamento 2008 (b)	Orçamento 2009 (c)	Variação (c/a)
4. Electricidade	16%	57 852	51 600	60 000	4%
5. Combustíveis	110%	11 582	5 717	12 000	4%
6. Água	11%	6 260	5 841	6 500	4%
7. Ferramentas e utensílios	-43%	150	350	200	33%
8. Livros e documentação técnica	-46%	4 043	7 819	4 200	4%
9. Artigos para oferta	1187%	8 180	637	8 200	0%
10. Material de escritório	-5%	109 607	115 200	110 000	0%
11. Rendas e alugueres	103%	631 296	327 234	665 560	5%
<i>Instalações – representações</i>	-22%	40 160	25 884	20 130	-50%
<i>Espaços</i>	139%	449 950	200 000	478 610	6%
<i>Equipamentos</i>	66%	140 352	100 000	165 920	18%
<i>Viaturas</i>	-33%	834	1 350	900	8%
12. Despesas de representação	43%	51 417	36 498	52 000	1%
13. Comunicação	-10%	1 145 633	1 443 761	1 301 960	14%
<i>Telefones</i>	-14%	61 907	74 400	63 800	3%
<i>Correio</i>	-13%	885 849	1 042 380	902 640	2%
<i>Telemóveis</i>	25%	31 644	26 400	33 000	4%
<i>Internet (dados/imagem)</i>	1%	165 644	300 000	301 920	82%
<i>TV-cabo</i>	3%	590	581	600	2%
14. Seguros	2%	1 561 812	1 545 657	1 573 882	1%
<i>Ramo automóvel</i>	2%	4 919	4 919	5 000	2%
<i>Multi-riscos</i>	1%	9 648	9 648	9 700	1%
<i>Seguro responsabilidade civil</i>	2%	641 907	636 680	650 000	1%
<i>Ramo de transporte de mercadorias</i>	0%	35 459	35 459	35 500	0%
<i>Ramo viagem em grupo</i>	3%	1 937	1 937	2 000	3%
<i>Seguro de saúde dos TOC</i>	2%	867 296	856 368	871 032	0%
<i>Acidentes pessoais</i>	1%	646	646	650	1%
15. Transportes diversos	1465%	600	46	720	20%
16. Deslocações e estadas	8%	435 188	457 660	496 000	14%
17. Honorários	-8%	1 443 003	2 202 357	2 030 800	41%
<i>Formadores</i>	-15%	959 666	1 301 143	1 110 000	16%
<i>Consultores externos</i>	0%	206 858	210 360	209 700	1%
<i>Consultoria técnica</i>	-19%	55 109	72 000	58 200	6%
<i>Consultoria informática</i>	4%	89 750	86 360	89 500	0%
<i>Elaboração de manuais de formação</i>	19%	62 000	52 000	62 000	0%
<i>Oradores</i>	46%	14 946	10 300	15 000	0%
<i>Coordenadores de formação eventual</i>	36%	2 717	2 060	2 800	3%
<i>Protocolos CTOC</i>	-100%	9 400	13 180		-100%
<i>Comissões/grupos de trabalho</i>	-1%	171 800	617 110	611 800	256%
<i>Outros</i>	69%	77 616	48 204	81 500	5%
18. Contencioso e notariado	122%	16 686	7 745	17 200	3%
19. Conservação e reparação	31%	359 415	288 500	377 500	5%
20. Publicidade institucional	-18%	98 354	127 890	105 000	7%
21. Limpeza, higiene e conforto	3%	61 419	62 150	63 950	4%
22. Vigilância e segurança	-18%	61 294	81 600	67 200	10%

(Continuação na página seguinte)

3.3 – Orçamento de custos (continuação)

Custos	Varição (c/b)	Projecção 2008 (a)	Orçamento 2008 (b)	Orçamento 2009 (c)	Varição (c/a)
23. Trabalhos especializados	42%	1 575 192	1 103 630	1 564 100	-1%
<i>Serviços de auditoria</i>	3%	14 800	14 800	15 300	3%
<i>Serviços de advocacia</i>	0%	80 439	79 705	80 000	-1%
<i>Formadores</i>	99%	138 098	72 000	143 600	4%
<i>Consultores externos</i>	270%	298 826	83 756	310 000	4%
<i>Oradores</i>	-100%	0	3 193	0	
<i>Coordenadores</i>	43%	16 239	14 012	20 000	23%
<i>Suporte de arquivo electrónico</i>	-35%	15 696	24 883	16 300	4%
<i>Outros trabalhos especializados</i>	87%	247 524	135 177	252 500	2%
<i>Serviços edição/envelopagem de revistas</i>	-2%	71 615	73 677	72 000	1%
<i>Serviços de restauração – formação</i>	6%	314 913	298 655	317 500	1%
<i>Brochuras – formação</i>	20%	243 275	150 000	180 000	-26%
<i>Mailing's</i>	-69%	13 082	44 160	13 500	3%
<i>Comissões/grupos de trabalho</i>	28%	12 113	10 178	13 000	7%
<i>Cédulas profissionais</i>	33%	2 246	1 878	2 500	11%
<i>CTT – aviso/recibo quotas</i>	15%	99 310	90 056	103 400	4%
<i>Anuário Municípios Portugueses/Revista IDEFF</i>	200%	7 018	7 500	22 500	221%
<i>Prémio Prof. Rogério F. Ferreira</i>		0	0	2 000	
24. Publicações obrigatórias	3766%	5 088	5 310	205 300	3935%
25. Outros fornecimentos e serviços	1%	1 183 873	1 176 039	1 188 443	0%
<i>Fundo Pensões Horizonte Valorização</i>	0%	1 147 600	1 147 600	1 151 733	0%
<i>Outros</i>	29%	36 273	28 439	36 710	1%
Impostos	-37%	55 089	87 944	55 100	0%
26. Impostos	-37%	55 089	87 944	55 100	0%
Custos com o pessoal	8%	3 294 517	3 223 454	3 484 450	6%
27. Remunerações dos órgãos da Câmara	4%	807 764	778 021	807 800	0%
<i>Vencimentos mensais</i>	4%	637 647	611 303	637 700	0%
<i>Férias/subsídio de férias</i>	2%	113 466	111 145	113 400	0%
<i>Subsídio de Natal</i>	2%	56 651	55 573	56 700	0%
28. Remunerações do pessoal	11%	1 899 743	1 835 811	2 034 700	7%
<i>Vencimentos mensais</i>	11%	1 420 197	1 356 897	1 510 200	6%
<i>Férias/subsídio de férias</i>	8%	234 000	234 541	254 000	9%
<i>Subsídio de Natal</i>	8%	117 000	117 180	127 000	9%
<i>Subsídio de alimentação</i>	13%	128 546	127 193	143 500	12%
29. Encargos sobre remunerações	11%	500 966	492 779	548 210	9%
<i>Órgãos da Câmara</i>	3%	158 210	154 279	158 210	0%
<i>Pessoal</i>	15%	342 756	338 500	390 000	14%
30. Seguros de acidentes de trabalho	19%	16 800	16 800	19 900	19%
31. Custos de acção social	14%	20 811	18 502	21 000	1%
32. Outros custos c/ pessoal	-35%	48 434	81 541	52 840	9%
<i>Cursos de formação</i>	-89%	3 902	44 121	5 000	28%
<i>Seguro de doença</i>	27%	39 864	33 975	43 040	8%
<i>Outros</i>	39%	4 668	3 445	4 800	3%
Outros custos e perdas operacionais		126 000	0	126 000	0%
33. Quotizações		126 000	0	126 000	0%

(Continuação na página seguinte)

3.3 – Orçamento de custos (continuação)

Custos	Variação (c/b)	Projeção 2008 (a)	Orçamento 2008 (b)	Orçamento 2009 (c)	Variação (c/a)
Amortiz. e ajustamentos do exercício	-6%	795 446	976 110	919 910	16%
34. Amortizações e ajustamentos do exercício	-6%	735 446	916 110	859 910	17%
<i>Edifícios e outras construções</i>	-8%	231 509	265 575	244 693	6%
<i>Equipamento de transporte</i>	55%	36 482	29 982	46 482	27%
<i>Ferramentas e utensílios</i>	-100%	0	113	0	
<i>Equipamento administrativo</i>	-9%	460 718	620 000	561 990	22%
<i>Outras imobilizações corpóreas</i>	1433%	6 738	440	6 744	0%
<i>Ajustamentos de dívidas a receber</i>	0%	60 000	60 000	60 000	0%
Custos e perdas financeiras	-12%	613 304	674 762	597 500	-3%
35. Juros suportados	2%	404 499	394 049	402 525	-1%
<i>Empréstimos bancários</i>		3 448	0	0	-100%
<i>Contrato – leasing financiamento</i>	2%	401 051	394 049	402 525	0%
36. Amortizações de investimentos em imóveis	0%	39 975	39 975	39 975	0%
37. Outros custos e perdas financeiras	-36%	168 831	240 738	155 000	-8%
Custos e perdas extraordinárias	1085%	219 318	10 292	122 000	-44%
38. Apoios e patrocínios	300%	20 000	5 000	20 000	0%
39. Multas e penalidades		120	0	0	-100%
40. Correções relativas a exercícios anteriores		197 078	0	0	-100%
41. Protocolo de cooperação c/ países lusófonos				100 000	
42. Outros custos e perdas extraordinárias	-62%	2 120	5 292	2 000	-6%
Total dos custos	8%	14 714 444	14 928 800	16 074 080	9%

No respeitante aos custos, o orçamento baseia-se nos valores executados até ao mês de Outubro de 2008, com a projecção para o mês de Dezembro, acrescidos de três por cento, exceptuando as situações novas e os custos verificados em 2008, cuja realização não se repita em 2009.

O valor de verbas a consignar ao fundo de pensões é o constante do Plano de Actividades, sendo um milhão de euros por opção de gestão acrescidos do valor das rendas a receber das instalações da Av. 24 de Julho.

Por outro lado, é conveniente ter em conta que 87 por cento dos custos estão distribuídos por duas rubricas: fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal. A rubrica de custos com pessoal representa 22 por cento do total dos custos. E aqui regista-se o aumento de salários dos colaboradores na base dos três por cento e o recrutamento de dez novos colaboradores.

Os fornecimentos e serviços externos significam 65 por cento do orçamento.

Apresentam-se, de seguida, comentários sobre as rubricas menos evidentes do ponto de vista do seu cálculo:

Custo das mercadorias vendidas das matérias consumidas

O valor constante desta rubrica resulta do atrás descrito, acrescido de 50 mil euros para cobrir o

custo dos materiais inerentes ao III Congresso Nacional dos TOC.

Rendas e alugueres

A variação reflecte um aumento devido ao aluguer dos equipamentos do Congresso e uma diminuição motivada pela aquisição da representação permanente da Madeira.

Comunicação

As despesas com a comunicação, para além das convencionais, compreendem ainda a verba de 105 mil euros destinada à montagem do projecto Web TV.

Deslocações e estadas

O aumento verificado nesta rubrica resulta do incremento da deslocação dos controladores de qualidade e da participação da CTOC nos grupos de trabalho internacionais onde tem assento.

Honorários

O aumento verificado nesta rubrica justifica-se pela plena implementação das equipas do controlo de qualidade a nível nacional.

Publicidade institucional

A verba prevista destina-se ao cumprimento das disposições legais e estatutárias, bem como à divulgação do III Congresso dos TOC.

Publicações obrigatórias

O valor desta rubrica tem como fundamento a obrigatoriedade da CTOC, nos termos estatutários,

publicar em «Diário da República», na íntegra, a lista dos TOC inscritos na Câmara, bem como as correspondentes alterações por efeito da suspensão, cancelamento ou ingresso na profissão.

Impostos

A variação nos impostos a pagar pela CTOC deve-se à redução da taxa do IMI no concelho de Lisboa.

Remunerações dos órgãos da Câmara

Não se previu aumentos de vencimentos dos órgãos da Câmara, por opção de gestão.

Remunerações de pessoal

Os aumentos da massa salarial previstos para o ano de 2009 fundamentam-se na actualização das remunerações dos colaboradores em três por cento e na admissão de dez colaboradores.

Quotizações

A rubrica quotizações contempla o pagamento das quotas e/ou participações devidas pela Câmara perante as organizações internacionais em que se encontra inscrita, como é o caso da EFAA, CILEA e a prevista inscrição, no decurso de 2009, no IFAC.

Amortizações

Foi feita a previsão para novas aquisições de imóveis e equipamentos. Partindo dessa base, foi acrescida a projecção das amortizações mensais já contabilizadas.

Protocolo de cooperação com os países lusófonos

Foi considerado o valor de 100 mil euros na sequência de metade do valor máximo previsto no âmbito do protocolo de Transferência de Conhecimento assinado com o Conselho Federal de Contabilidade do Brasil.

Considerações finais

Conforme se constata, e pode ser verificado pela estrutura das contas, assumem especial relevo os custos de fornecimentos e serviços externos que ascendem a 65 por cento e os custos com pessoal, que representam 22 por cento, sendo que o aumento da massa salarial é devido a três por cento de actualização e ao recrutamento de dez colaboradores.

3.4 Orçamento de investimentos

Investimentos	Projecção 2008	Orçamento 2008	Orçamento 2009
Imobilizações corpóreas	683 562	1 365 000	773 500
1. Edifícios e outras construções	609 072	915 000	393 500
<i>Representação de Vila Real</i>	135 000	315 000	93 500
<i>Representação de Faro</i>	0	250 000	300 000
<i>Representação da Madeira</i>	474 072	350 000	0
2. Equipamento de transporte	23 000	50 000	80 000
3. Ferramentas e utensílios	0		0
4. Equipamento administrativo	51 490	400 000	300 000
<i>Projecto e-learning – formação à distância</i>	0	100 000	0
<i>Projecto Web TV</i>	0	250 000	250 000
<i>Diversos</i>	51 490	50 000	50 000
5. Outras imobilizações corpóreas	0		0
Imobilizações em curso	0	500 000	500 000
6. «Casa do Técnico Oficial de Contas»	0	500 000	500 000
7. Adianta. imobilizações corpóreas	180 000		0
Total de investimentos	863 562	1 865 000	1 273 500

3.5 Plano financeiro global

Actividade corrente	Projeção 2008	Orçamento 2008	Orçamento 2009
Proveitos correntes	15 822 585	16 190 700	16 941 380
Custos correntes *	13 879 023	13 912 715	15 114 195
Saldo	1 943 563	2 277 985	1 827 185
Investimento	863 562	1 865 000	1 273 500
Saldo	-863 562	-1 865 000	-1 273 500
Saldo da gerência anterior	5 496 663	5 496 663	5 909 648
Final para a gerência seguinte	6 576 664	5 909 648	6 463 333

* Não inclui as amortizações e os ajustamentos

3.6 Aplicações financeiras

Fundos e aplicações acumulados	Realidade 2007	Projeção 2008	Orçamento 2009	2009 Acumulado
1. Fundo de pensões	3 064 506	3 359 463	151 733	3 511 196
Pensões-Gere	3 064 506	3 359 463	151 733	3 511 196
2. Aplicações financeiras	100 000	2 102 643	1 500 000	3 602 643
Fundo de pensões		852 643	1 000 000	1 852 643
«Casa do TOC»		1 000 000	500 000	1 500 000
Fundo de solidariedade social	100 000	250 000		250 000
Total	3 164 506	5 462 106	1 651 733	7 113 839

Aprovado em reunião de Direcção, realizada em 27 de Outubro de 2008.

A Direcção: Presidente: *António Domingues de Azevedo*
 Vice-presidente: *Armando Pereira Marques*
 Secretário: *Jaime Soares dos Santos*
 Secretário: *Filomena Felgueiras Moreira*
 Tesoureiro: *Manuel Vieira de Sousa*



CTOC

CÂMARA dos TÉCNICOS OFICIAIS de CONTAS
Pessoa Colectiva Pública

CÂMARA DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS
Avenida Barbosa du Bocage, 45, 1049-013 LISBOA
Tel.: 217 999 700 • Fax: 217 957 332 • www.ctoc.pt